

EDUCAÇÃO

TCU investigará crise no Inep

Para deputados, supostas interferências no Enem, perseguições e denúncias de assédio devem ser esclarecidas

» GABRIELA BERNARDES*
» GABRIELA CHABALGOITY*

O Tribunal de Contas da União (TCU) investigará as denúncias feitas por servidores do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) contra a gestão de Danilo Dupas, que inclui desde interferência externa à elaboração da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) às acusações de assédio moral e perseguição política. A Corte atende a uma representação de um grupo de deputados, a poucas horas da realização do certame, que ocorrerá amanhã em todo o país.

O pedido pede a investigação de “possíveis irregularidades na organização do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2021, especialmente acerca de fragilidade técnica e administrativa relacionadas às interferências na gestão” do Inep. O relator do caso será o ministro Walton Alencar Rodrigues.

A representação foi apresentada pelos deputados Danilo Cabral (PSB-PE), Professora Neide (PT-MT), Marcelo Freixo (PSB-RJ), Lídice da Mata (PSB-BA), Bohn Gass (PT-RS), Professor Israel Batista (PV-DF), Idilvan Alencar (PDT-CE), Alessandro Molon (PSB-RJ) e Tabata Amaral (PSB-SP). Entre as justificativas dos parlamentares está o comentário do presidente Jair Bolsonaro de que o Enem deste ano terá a “cara do governo”.

Mais indícios

A cada dia aparecem indícios de que o Enem teria sofrido algum nível de interferência da parte do Palácio do Planalto. Bolsonaro teria pedido ao ministro da Educação, Milton Ribeiro — a cuja pasta o Inep é subordinado —, que fosse tratada como “revolução” eventuais questões com menção ao golpe militar de 1964. O pedido — supostamente feito no primeiro semestre deste ano —, porém, não teria sido atendido devido ao longo processo de elaboração da prova.

Negação do Darwinismo

O criacionismo é uma teoria que nega o evolucionismo das espécies, conforme estudou e confirmou o geólogo, naturalista e biólogo inglês Charles Darwin, há quase 200 anos. Segundo os criacionistas, a humanidade, a vida, a Terra e o universo são obra de um agente sobrenatural — não seria parte de um processo evolutivo. Também não reconhecem a existência do Big Bang. O uso mais comum do termo “criacionismo” se refere a um movimento de negação da ciência e não nada tem a ver com religião.

No rol de possíveis interferências na construção do teste, a cúpula do MEC também teria tentado incluir na montagem das questões pessoas de fora da lista das aprovadas no processo seletivo para colaboradores da prova. Seriam 22 nomes, que incluem defensores do governo Bolsonaro, além de uma professora de Biologia defensora da teoria do **criacionismo** e quatro docentes ligados à Universidade Mackenzie, de onde o ministro da Educação é egresso.

Essas pessoas teriam sido escolhidas pelo presidente do Inep e receberam sinal verde do MEC. A elas também teria sido permitido acesso à sala segura do Enem para escolher as questões da prova, a partir do banco de itens. Mais: elas teriam sido liberadas para acompanhar, na gráfica, a impressão do caderno de questões.

O Inep vive uma crise de gestão desde que 37 servidores da autarquia pediram exoneração de seus cargos por discordarem do atual comando do instituto. Apesar disso, tanto o presidente da instituição, Danilo Dupas, quanto o ministro Milton Ribeiro asseguraram em audiências, na Câmara dos Deputados e no Senado, que o certame ocorrerá sem intercorrências.

Roque de Sá/Agência Senado



Dupas presta esclarecimentos sobre a crise do Inep, no Senado. Ele teria permitido que estranhos acessassem a prova do Enem



Na administração pública, regida pela transparência das informações, existem regras a serem seguidas. Quem comete ilícitos deve ser responsabilizado*

Deputado Alessandro Molon (PSB-RJ), sobre o sigilo imposto por Dupas às ações do Inep

Oposição aciona MPF contra Dupas

Os partidos de oposição na Câmara dos Deputados apresentaram, ontem, representação ao Ministério Público Federal (MPF) contra o presidente do Inep, Danilo Dupas, por improbidade administrativa. Segundo os parlamentares, não há qualquer justificativa que sustente a decretação de sigilo das informações referentes a um processo interno sobre a entrada de um policial federal na sala segura da autarquia — onde as provas do Enem são construídas.

O documento foi assinado pelos deputados Alessandro Molon (PSB-RJ), líder da Oposição; Marcelo Freixo (PSB-RJ), líder da Minoria; Bohn Gass (PT-RS), líder do PT; Danilo Cabral (PSB-PE), líder do PSB; Wolney Queiroz (PDT-PE), líder do PDT; Talíria Petrone

(RJ), líder do PSol; Joenia Wapichana (RR), líder da Rede; e Arlindo Chignalia (PT-SP), líder da Minoria no Congresso.

A ação denuncia “a violação do princípio constitucional da publicidade, que rege a atividade da Administração Pública e a ocorrência de improbidade administrativa”, pela negativa de publicidade a atos oficiais sem a necessária justificativa.

De acordo com os parlamentares, Dupas, ao impor sigilo e negar acesso à informação injustificadamente, “incorre na prática de ato que viola a ordem constitucional e legal, sendo fundamental a fiscalização do Ministério Público Federal” — salienta a representação entregue ao MPF.

“O governo Bolsonaro banalizou o uso do sigilo de

informações sensíveis com o intuito de esconder as suas mazelas. Foi assim com os cartões corporativos do Planalto, com os documentos de compra da Covaxin e com o valor de um cachê pago a um locutor amigo de Bolsonaro, que protagonizou uma peça publicitária para o governo”, comentou Alessandro Molon.

Ele acrescentou que “na administração pública, regida pela transparência das informações, existem regras a serem seguidas. Quem comete ilícitos deve ser responsabilizado. O Congresso tem o papel de fiscalizar as ações do Poder Executivo e não abrir mão disso”.

* **Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi**

POBREZA MENSTRUAL

Cai a alíquota para absorvente importado

Depois do veto do presidente Jair Bolsonaro à distribuição gratuita de absorventes a alunas de baixa renda, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) reduziu de 12% para 10% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre os produtos e também sobre fraldas infantis. A decisão foi deliberada na última quarta-feira pelo Gecex/Camex, mas publicada ontem no *Diário Oficial da União* (DOU).

Em nota, o Ministério da Economia, ao qual a Camex é vinculada, afirmou que a medida vai possibilitar a redução de custos de produção para a indústria e a queda do preço de compra desses itens para consumidores finais. Ainda de acordo com o ministério, também será reduzida de 8% para 7% a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto químico, que é um dos principais insumos desses dois itens de higiene pessoal.

“Além do potencial impacto positivo sobre o preço de bens com peso relevante no orçamento das famílias, como é o caso de fraldas e absorventes, essa medida vai contribuir com o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, instituído pela Lei nº 14.214/2021, que busca resolver o problema da falta de acesso a produtos

básicos de higiene”, destaca a secretária executiva da Camex, Ana Paula Repezza.

A lei citada por Ana Paula é justamente aquela sancionada por Bolsonaro em outubro, mas sem o ponto central do programa de promoção de saúde menstrual: a entrega, de graça, pelo governo federal de absorventes femininos para estudantes de baixa renda e pessoas em situação de rua.

A atitude de Bolsonaro teve repercussão negativa e recebeu muitas críticas nas redes sociais, entre educadores e especialistas e no Congresso. A deputada Tabata Amaral (PSB-SP), uma das autoras do projeto, disse que o veto era desumano e “é urgente que o Congresso derrube esse veto”. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), chegou a dizer que o veto era “candidatíssimo” a ser derrubado no Congresso. A proposta estimava impacto fiscal de R\$ 84,5 milhões por ano.

Na mesma resolução publicada no DOU, a Camex formaliza ainda a redução das alíquotas do Imposto de Importação que incidem sobre produtos ligados à produção de energia, como painéis solares, baterias de lítio e reatores nucleares. Também foi zerado o Imposto de Importação para barcos a vela.

SOCIEDADE

Odair Freire/STM



Corte puniu grupo de 10 pessoas que teria dado um prejuízo calculado em R\$ 4,4 milhões

STM pune cinco militares por fraudes

Por unanimidade, o Superior Tribunal Militar (STM) manteve as penas impostas a cinco militares e cinco civis denunciados por fraudes na compra de equipamentos de informática e medicamentos para o Hospital Militar de Área do Recife, localizada na região central da capital pernambucana. O prejuízo aos cofres públicos é estimado em R\$ 4,4 milhões.

Em julgamento concluído ontem, após quase sete horas de sessão, os ministros seguiram o entendimento do relator, Péricles Aurélio Lima de Queiroz, para

referendar parcialmente a sentença imposta em primeira instância. O plenário decidiu absolver dois militares e um civil das acusações, mas manteve todas as outras condenações.

“Casos dessa natureza têm se tornado mais frequentes e precisam de uma divulgação bastante ampla no sentido de que nós tenhamos condições de obstar comportamentos dessa natureza através de exemplar punição àqueles que ultrapassam os limites da lei”, disse o ministro Carlos Vuyk de Aquino, ao acompanhar o relator.

O ministro Marco Antônio de Farias também chamou atenção para a importância do exemplo. “Estamos alertando os indecisos e prestigiando os bons, os comprometidos com o dever, com a ordem e com a lei” afirmou em seu voto.

As penas haviam sido determinadas em primeiro grau pela juíza Maria do Socorro Leal, da Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar da União, em agosto do ano passado. De acordo com a investigação, empresas contratadas emitiam notas fiscais para justificar pagamentos

por produtos que não eram entregues. Além dos equipamentos de informática e produtos de farmácia, o Ministério Público Militar identificou irregularidades na compra de material de limpeza, suprimentos de copa e cozinha, material químico, combustíveis e material elétrico.

O suposto esquema teria contado com a participação de militares que desempenhavam funções de almoxarifes e fiscais administrativos e seria coordenado por um coronel responsável pelo ordenamento de despesas e contabilidade da unidade de Saúde.



“Casos dessa natureza têm se tornado mais frequentes e precisam de uma divulgação bastante ampla no sentido de que nós tenhamos condições de obstar comportamentos dessa natureza”

Ministro Carlos Vuyk de Aquino, em trecho do seu voto